

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	67
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	68
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.112
Preferenciais	0
Total	97.112
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	2.845.094	2.748.867
1.01	Ativo Circulante	840.830	851.148
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	122.627	49.865
1.01.02	Aplicações Financeiras	174.055	205.146
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	174.055	205.146
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e recursos Vinculados	174.055	205.146
1.01.03	Contas a Receber	283.767	303.186
1.01.03.01	Clientes	281.373	300.837
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	281.373	300.837
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.394	2.349
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	2.394	2.349
1.01.04	Estoques	7.834	7.206
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.201	166.400
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.201	166.400
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182.346	119.345
1.01.08.03	Outros	182.346	119.345
1.01.08.03.01	Ativos financeiros setoriais	99.315	21.671
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	23.705	25.517
1.01.08.03.04	Outros créditos	59.326	72.157
1.02	Ativo Não Circulante	2.004.264	1.897.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	895.397	870.649
1.02.01.04	Contas a Receber	68.067	63.195
1.02.01.04.03	Consumidores e concessionárias	68.067	63.195
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50.976	41.339
1.02.01.07.01	Créditos tributários	50.976	41.339
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	776.354	766.115
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	431.990	358.030
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	99.369	92.506
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	183.786	165.812
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	3.028	80.811
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	32.556	43.931
1.02.01.10.09	Outros créditos	25.625	25.025
1.02.02	Investimentos	579	617
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	579	617
1.02.03	Imobilizado	22.180	21.323
1.02.04	Intangível	1.086.108	1.005.130
1.02.04.01	Intangíveis	1.086.108	1.005.130
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	115.385	72.029
1.02.04.01.04	Intangíveis	970.723	933.101

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	2.845.094	2.748.867
2.01	Passivo Circulante	575.178	679.481
2.01.02	Fornecedores	229.969	237.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	229.969	237.776
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	125.204	214.053
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.715	171.123
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.715	21.713
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	149.410
2.01.04.02	Debêntures	102.489	42.930
2.01.05	Outras Obrigações	220.005	227.652
2.01.05.02	Outros	220.005	227.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	348	341
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	37.834	47.191
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	8.119	8.317
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	32.203	40.790
2.01.05.02.08	Benefícios pós emprego	3.893	3.893
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	11.443	8.781
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	10.805	19.292
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	37.701	29.741
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	24.826	34.529
2.01.05.02.15	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227
2.01.05.02.16	Arrendamentos operacionais	220	307
2.01.05.02.17	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21.770	0
2.01.05.02.18	Outros passivos	17.616	21.243
2.02	Passivo Não Circulante	1.671.788	1.528.170
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.158.414	1.009.521
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	599.157	566.493
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	430.511	381.490
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	168.646	185.003
2.02.01.02	Debêntures	559.257	443.028
2.02.02	Outras Obrigações	498.860	503.582
2.02.02.02	Outros	498.860	503.582
2.02.02.02.03	Fornecedores	7.265	7.307
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	103.800	91.368
2.02.02.02.06	Benefícios pós emprego	26.664	24.655
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	8.104	5.394
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	526	4.236
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	18.936	4.781
2.02.02.02.13	Arrendamentos operacionais	562	639
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	332.163	364.503
2.02.02.02.15	Outros passivos	840	699
2.02.04	Provisões	14.514	15.067
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.514	15.067
2.03	Patrimônio Líquido	598.128	541.216
2.03.01	Capital Social Realizado	534.717	534.717

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.02	Reservas de Capital	1.624	1.362
2.03.02.07	Reserva de capital	1.624	1.362
2.03.04	Reservas de Lucros	5.732	18.823
2.03.04.01	Reserva Legal	5.732	5.732
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	13.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	70.355	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-14.300	-13.686

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	520.839	1.065.183	436.036	948.776
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-431.678	-846.942	-385.751	-787.267
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-223.973	-446.133	-209.392	-461.819
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-94.397	-184.717	-70.896	-140.801
3.02.03	Pessoal e administradores	-17.437	-33.437	-21.822	-41.997
3.02.04	Benefício Pós Emprego	-464	-942	-406	-803
3.02.05	Material	-2.972	-6.647	-3.961	-6.834
3.02.06	Serviços de terceiros	-9.701	-18.823	-10.318	-20.074
3.02.07	Amortização e depreciação	-16.835	-32.709	-15.400	-30.407
3.02.08	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-1.960	-3.545	-2.934	-6.234
3.02.09	Custo de construção	-62.598	-116.974	-50.140	-79.639
3.02.11	Outros	-1.341	-3.015	-482	1.341
3.03	Resultado Bruto	89.161	218.241	50.285	161.509
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.725	-64.964	-24.748	-49.830
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.466	-59.410	-23.271	-46.180
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-6.102	-12.066	-685	-732
3.04.02.02	Benefício Pós Emprego	-354	-712	-418	-823
3.04.02.03	Material	-1.981	-4.301	-1.944	-3.788
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-15.470	-30.727	-15.906	-29.320
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-1.978	-3.734	-1.852	-3.437
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-598	-1.734	-1.150	-4.691
3.04.02.07	Outras	-2.983	-6.136	-1.316	-3.389
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	444	912	0	168
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.703	-6.466	-1.477	-3.818
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.436	153.277	25.537	111.679
3.06	Resultado Financeiro	-21.616	-49.213	-17.138	-24.346
3.06.01	Receitas Financeiras	31.597	55.474	37.460	65.130
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	6.533	10.314	6.128	11.722

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	6.515	12.426	7.422	14.398
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-1.541	-2.705	-1.827	-3.176
3.06.01.06	Atualização financeira de ativos setoriais	4.056	6.272	9.393	12.210
3.06.01.07	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	7.686	15.852	8.384	15.311
3.06.01.08	Outras receitas financeiras	8.348	13.315	7.960	14.665
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.213	-104.687	-54.598	-89.476
3.06.02.01	Encargos da dívida - juros	-29.512	-55.802	-16.129	-30.239
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	3.202	-710	-40.485	39.888
3.06.02.04	Marcação a mercado derivativos	6.445	8.912	-15.195	-15.640
3.06.02.05	Marcação a mercado dívida	-5.962	-7.105	13.956	14.867
3.06.02.06	Atualização financeira de passivos setoriais	-212	-403	-645	-672
3.06.02.07	Atualização P&D e PEE	-253	-410	-289	-572
3.06.02.08	Atualização contingência	114	-217	265	1.540
3.06.02.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-18.080	-28.527	15.311	-76.617
3.06.02.10	Transferência para ordem em curso	993	1.817	644	1.078
3.06.02.11	Ajuste a valor presente	355	1.119	399	599
3.06.02.12	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-7.725	-15.728	-7.611	-14.216
3.06.02.13	Outras despesas financeiras	-2.578	-7.633	-4.819	-9.492
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.820	104.064	8.399	87.333
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.746	-33.709	-2.426	-28.873
3.08.01	Corrente	-12.640	-43.346	-4.781	-42.088
3.08.02	Diferido	894	9.637	2.355	13.215
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.074	70.355	5.973	58.460
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.074	70.355	5.973	58.460
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	258,5	725,31	61,58	602,68
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.99.02.01	ON	258,5	725,31	61,58	602,68

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	25.074	70.355	5.973	58.460
4.02	Outros Resultados Abrangentes	614	0	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.688	70.355	5.973	58.460

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	175.386	153.145
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	209.372	165.622
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	70.355	58.460
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	33.709	28.873
6.01.01.03	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	40.217	-33.924
6.01.01.04	Amortização e depreciação	36.443	33.844
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	3.545	6.234
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	1.734	2.002
6.01.01.07	Marcação a mercado da dívida	7.105	-14.867
6.01.01.08	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	28.527	76.617
6.01.01.09	Ativo financeiro indenizável da concessão	-4.780	-7.766
6.01.01.10	Ganho na alienação de bens do imobilizado	1.167	304
6.01.01.11	Marcação a mercado derivativos	-8.912	15.640
6.01.01.12	Programa de remuneração variável - ILP	262	205
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.986	-12.477
6.01.02.01	Diminuição de consumidores e concessionárias	11.573	88.565
6.01.02.02	(Aumento) de títulos de créditos a receber	-45	0
6.01.02.03	(Aumento) de estoques	-628	-188
6.01.02.04	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	0	675
6.01.02.07	(Aumento) de cauções, depósitos vinculados e judiciais	-6.863	-4.025
6.01.02.08	Diminuição de ativos financeiros setoriais	6.411	83.699
6.01.02.09	(Aumento) de tributos a recuperar	-4.089	-14.474
6.01.02.11	Diminuição de outros créditos a receber	133	33.064
6.01.02.12	(Diminuição) de fornecedores	-14.945	-82.726
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	2.662	2.053
6.01.02.15	Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais	65.437	-5.848
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-53.982	-62.134
6.01.02.18	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-2.504	-5.153
6.01.02.19	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-38.160	-1.947
6.01.02.20	Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	1.014	-44.038
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-83.373	20.396
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	41.405	109.262
6.02.03	Aplicações no intangível e imobilizado	-125.234	-89.491
6.02.04	Alienação de bens do imobilizado e intangível	456	625
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.251	-243.388
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - principal	-154.515	-221.348
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	-41.443	-20.208
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-5.091	13.090
6.03.05	Novos empréstimos e financiamentos	200.345	100.993
6.03.06	Pagamento de parcelamento de impostos	-4.727	-9.227
6.03.10	Pagamento de dividendos	-13.084	-106.277

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.03.11	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-736	-411
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	72.762	-69.847
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.865	131.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	122.627	61.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	262	-13.091	0	0	-12.829
5.04.08	Programa de Remuneração Variável (ILP)	0	262	0	0	0	262
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-13.091	0	0	-13.091
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.355	-614	69.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.355	0	70.355
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-614	-614
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-932	-932
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	318	318
5.07	Saldos Finais	534.717	1.624	5.732	70.355	-14.300	598.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	77	-47.773	-58.563	0	-106.259
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	77	0	0	0	77
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-47.773	0	0	-47.773
5.04.10	Pagamento de dividendos intercalares	0	0	0	-58.563	0	-58.563
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.460	0	58.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.460	0	58.460
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-29.029	29.029	0	0
5.06.04	Transferência de reservas	0	0	-29.029	29.029	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.097	0	-15.991	-18.170	501.653

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	1.589.112	1.557.891
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.472.954	1.483.240
7.01.02	Outras Receitas	912	168
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	118.791	80.717
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.545	-6.234
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-883.679	-808.727
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-692.824	-661.326
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.472	-61.108
7.02.04	Outros	-129.383	-86.293
7.03	Valor Adicionado Bruto	705.433	749.164
7.04	Retenções	-36.443	-33.844
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.443	-33.844
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	668.990	715.320
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.179	68.306
7.06.02	Receitas Financeiras	58.179	68.306
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	727.169	783.626
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	727.169	783.626
7.08.01	Pessoal	38.459	36.602
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.029	21.769
7.08.01.02	Benefícios	14.454	12.157
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.976	2.676
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	511.124	597.560
7.08.02.01	Federais	293.398	294.881
7.08.02.02	Estaduais	217.385	302.406
7.08.02.03	Municipais	341	273
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.231	91.004
7.08.03.01	Juros	106.504	90.554
7.08.03.02	Aluguéis	727	450
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.355	58.460
7.08.04.02	Dividendos	0	58.563
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	70.355	-103

Comentário do Desempenho

Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 2º trimestre de 2023

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2023 - A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T23) e seis meses (6M23) de 2023. As demonstrações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

No 4T22, a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado de energia elétrica foi revisada, resultando na reapresentação das demonstrações financeiras de 2021. Em continuidade, a Administração da Companhia optou pela representação dos resultados do 1º semestre de 2022, visando a melhor comparabilidade entre os trimestres.

Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 2.3.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



862 mil

clientes cativos



384

clientes livres



1,8 milhão de

habitantes



32.405

Km²



1.314

colaboradores (*)
1.022 próprios e
292 terceirizados



82

municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

Comentário do Desempenho

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %
Receita operacional bruta	782,0	714,6	+ 9,4	1.589,9	1.562,9	+ 1,7
Receita operacional bruta sem receita de construção ⁽¹⁾	719,4	664,5	+ 8,3	1.473,0	1.483,2	- 0,7
Receita operacional líquida	520,8	436,0	+ 19,4	1.065,2	948,8	+ 12,3
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	458,2	385,9	+ 18,7	948,2	869,1	+ 9,1
Margem Bruta	139,9	105,6	+ 32,4	317,4	266,5	+ 19,1
Margem Bruta ajustada	138,5	101,4	+ 36,7	312,6	258,8	+ 20,8
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	58,4	25,5	+ 128,8	153,3	111,7	+ 37,2
EBITDA	77,2	42,8	+ 80,5	189,7	145,5	+ 30,4
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	75,9	38,5	+ 97,0	184,9	137,8	+ 34,3
Resultado financeiro	(21,6)	(17,1)	+ 26,1	(49,2)	(24,3)	+ 102,1
Lucro líquido	25,1	6,0	+ 319,8	70,4	58,5	+ 20,3
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽³⁾	24,2	3,2	+ 662,5	67,2	53,3	+ 26,0
Indicadores Operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	862,5	848,3	+ 1,7	862,5	848,3	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁴⁾	747,7	765,5	- 2,3	1.541,6	1.618,9	- 4,8
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) (GWh) ⁽⁴⁾	1.094,2	1.080,5	+ 1,3	2.258,8	2.282,3	- 1,0
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	16,1	11,5	+ 4,6 p.p.	19,0	16,9	+ 2,1 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	30/06/2023	31/12/2022	Var. %			
Ativo Total	2.845,1	2.748,9	+ 3,5			
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	296,7	255,0	+ 16,3			
Patrimônio líquido	598,1	541,2	+ 10,5			
Endividamento líquido	942,5	910,8	+ 3,5			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (3) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Comentário do Desempenho

3. Receita operacional

No 2T23, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, cresceu 18,7% (R\$ 72,3 milhões) no trimestre, para R\$ 458,2 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 1,3 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 2T23, foi de R\$ 456,9 milhões, 19,7% (R\$ 75,3 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	542,6	561,2	- 3,3	1.114,2	1.293,1	- 13,8
✓ Residencial	271,5	280,7	- 3,2	561,8	657,6	- 14,6
✓ Industrial	42,4	45,9	- 7,7	87,2	99,7	- 12,5
✓ Comercial	118,6	123,0	- 3,5	245,3	285,4	- 14,0
✓ Rural	43,5	45,9	- 5,3	87,5	102,5	- 14,7
✓ Outras classes	66,5	65,8	+ 1,1	132,4	147,9	- 10,5
(+) Suprimento de energia elétrica	6,6	9,8	- 32,4	14,8	33,3	- 55,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	(14,9)	(31,4)	- 52,5	(9,3)	(32,2)	- 71,0
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	106,6	80,7	+ 32,1	206,7	166,6	+ 24,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	62,6	50,1	+ 24,8	117,0	79,6	+ 46,9
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	34,2	(1,9)	-	43,1	(70,2)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	29,2	26,9	+ 8,7	61,1	56,6	+ 7,8
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,3	4,2	- 68,8	4,8	7,8	- 38,4
(+) Outras receitas	13,6	14,8	- 7,6	37,7	28,2	+ 34,1
(=) Receita operacional bruta	782,0	714,6	+ 9,4	1.589,9	1.562,9	+ 1,7
(-) Impostos sobre vendas	163,9	176,9	- 7,4	329,6	407,8	- 19,2
(-) Encargos setoriais	97,3	101,6	- 4,3	195,1	206,3	- 5,4
(=) Receita operacional líquida	520,8	436,0	+ 19,4	1.065,2	948,8	+ 12,3
(-) Receita de construção de infraestrutura	62,6	50,1	+ 24,8	117,0	79,6	+ 46,9
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	458,2	385,9	+ 18,7	948,2	869,1	+ 9,1

3.1. Margem bruta

No 2T23, a Margem bruta alcançou R\$ 139,9 milhões, 32,4% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a Margem bruta ajustada atingiu R\$ 138,5 milhões, aumento de 36,7% em relação ao 2T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %
Receita operacional líquida	520,8	436,0	+ 19,4	1.065,2	948,8	+ 12,3
(-) Custo de construção de infraestrutura	62,6	50,1	+ 24,8	117,0	79,6	+ 46,9
(=) Receita operacional líquida	458,2	385,9	+ 18,7	948,2	869,1	+ 9,1
(-) Custos e despesas não controláveis	318,4	280,3	+ 13,6	630,9	602,6	+ 4,7
Energia elétrica comprada para revenda	224,0	209,4	+ 7,0	446,1	461,8	- 3,4
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	94,4	70,9	+ 33,1	184,7	140,8	+ 31,2
(=) Margem bruta	139,9	105,6	+ 32,4	317,4	266,5	+ 19,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,3	4,2	- 68,8	4,8	7,8	- 38,4
(=) Margem bruta ajustada	138,5	101,4	+ 36,7	312,6	258,8	+ 20,8

Comentário do Desempenho

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a redução de 3,3% é explicada em função da Lei 194/2022, que reduziu a alíquota de ICMS e pelo efeito da bandeira de escassez hídrica que estava em vigor até meados de abril de 2022 (que aumentava a arrecadação junto aos consumidores), sendo que em 2023, a bandeira segue verde. Este resultado foi compensado em parte pelo crescimento no mercado de 1,3% no comparativo entre os trimestres;

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.094,2 GWh, crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior.

O mercado da distribuidora foi direcionado pelas classes industrial (+3,1% ou 10,3 GWh) e residencial (+2,5% ou 9,2 GWh). A classe comercial também avançou (+0,8% ou 1,6 GWh). Temperaturas mais quentes no 2T23 frente ao 2T22, que foi impactado por uma frente fria, e calendário maior de faturamento em abril e junho contribuíram para a alta no período. Na indústria, destaque para alimentos, com frigoríficos, café e laticínios, bebidas e produção de papel. Por outro lado, a classe rural registrou queda de 7,6% (-5,9 GWh), impactada principalmente pela geração distribuída.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22	Var. %
Residencial	372,4	363,2	+ 2,5	771,8	783,9	- 1,5
Industrial	340,7	330,5	+ 3,1	707,4	687,6	+ 2,9
Cativo Industrial	52,8	61,3	- 13,9	110,0	122,7	- 10,4
Livre Industrial	287,9	269,1	+ 7,0	597,5	564,9	+ 5,8
Comercial	194,5	192,8	+ 0,8	406,2	416,4	- 2,5
Cativo Comercial	147,4	154,2	- 4,4	307,0	332,1	- 7,5
Livre Comercial	47,0	38,7	+ 21,6	99,2	84,3	+ 17,6
Rural	70,7	76,6	- 7,6	140,9	157,3	- 10,4
Cativo Rural	65,3	75,5	- 13,6	132,7	155,4	- 14,6
Livre Rural	5,4	1,1	+ 414,3	8,2	2,0	+ 313,2
Outros	115,9	117,4	- 1,3	232,4	237,1	- 1,9
Cativo Outros	109,8	111,3	- 1,4	220,1	224,8	- 2,1
Livre Outros	6,1	6,1	- 0,3	12,4	12,2	+ 1,1
1 Vendas de energia no mercado cativo	747,7	765,5	- 2,3	1.541,6	1.618,9	- 4,8
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	346,5	315,0	+ 10,0	717,2	663,5	+ 8,1
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.094,2	1.080,5	+ 1,3	2.258,8	2.282,3	- 1,0
4 Fornecimento não faturado	-9,6	-18,7	- 48,8	-5,7	-14,6	- 61,4
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.084,6	1.061,8	+ 2,1	2.253,1	2.267,7	- 0,6

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 862.505 unidades consumidoras cativas, número 1,7% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 384 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link.](#)

Comentário do Desempenho

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais abaixo do referencial regulatório (-1,3 p.p).

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
jun/22	mar/23	jun/23	jun/22	mar/23	jun/23	jun/22	mar/23	jun/23	
5,80	5,60	5,61	0,01	0,20	-0,10	5,82	5,80	5,51	6,81

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não-Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%) ⁽¹⁾
jun/22	mar/23	jun/23	jun/22	mar/23	jun/23	jun/22	mar/23	jun/23	
294,5	283,4	285,2	0,7	10,0	-4,9	295,3	293,4	280,3	- 4,5

⁽¹⁾ Variação jun/23 vs mar/23. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
jun/23	jun/22	Variação em p.p.
0,11	0,14	- 0,0

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
jun/23	jun/22	Variação em p. p.
98,90	99,00	- 0,09

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia obteve redução de 0,43 horas no DEC e de 0,19 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
jun/23	jun/22	Var. (%)	jun/23	jun/22	Var. (%)		
5,21	5,64	- 7,6	3,21	3,40	- 5,6	7,15	6,05

Comentário do Desempenho

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Acumulado		
2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %
29,2	26,9	+ 8,7	61,1	56,6	+ 7,8

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 399,8 milhões no 2T23, aumento de 10,9% (R\$ 39,4 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	318,4	280,3	+ 13,6	630,9	602,6	+ 4,7
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	224,0	209,4	+ 7,0	446,1	461,8	- 3,4
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	94,4	70,9	+ 33,1	184,7	140,8	+ 31,2
2 Custos e despesas controláveis	61,4	61,3	+ 0,0	122,1	117,3	+ 4,0
2.1 PMSO	58,8	57,3	+ 2,7	116,8	106,4	+ 9,8
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	24,4	23,3	+ 4,4	47,2	44,4	+ 6,3
2.1.2 Material	5,0	5,9	- 16,1	10,9	10,6	+ 3,1
2.1.3 Serviços de terceiros	25,2	26,2	- 4,0	49,6	49,4	+ 0,3
2.1.4 Outras	4,3	1,8	+ 140,5	9,2	2,0	+ 346,8
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,2	2,9	- 92,3	0,3	0,2	+ 31,7
✓ Outros	4,1	(1,1)	-	8,8	1,8	+ 390,4
2.2 Provisões/Reversões	2,6	4,1	- 37,4	5,3	10,9	- 51,7
2.2.1 Contingências	0,6	1,2	- 48,0	1,7	4,7	- 63,0
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,0	2,9	- 33,2	3,5	6,2	- 43,1
3 Demais receitas/despesas	20,1	18,7	+ 7,2	42,0	37,5	+ 12,0
3.1 Amortização e depreciação	18,8	17,3	+ 9,0	36,4	33,8	+ 7,7
3.2 Outras receitas/despesas	1,3	1,5	- 14,8	5,6	3,7	+ 52,2
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	399,8	360,4	+ 10,9	794,9	757,5	+ 4,9
Custo de construção de infraestrutura (*)	62,6	50,1	+ 24,8	117,0	79,6	+ 46,9
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	462,4	410,5	+ 12,6	911,9	837,1	+ 8,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 24,4 milhões, aumento de 4,4% (R\$ 1,0 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) + R\$ 2,2 milhões de despesas a maior na rubrica de remuneração em função do aumento no número médio de colaboradores e encargos sociais;

Comentário do Desempenho

- (ii) + R\$ 1,5 milhão de maiores despesas com alimentação e serviços médicos/odontológicos;
- (iii) - R\$ 1,8 milhão de maior capitalização registrada no trimestre.

✓ Despesas com materiais

No 2T23, as despesas com materiais atingiram R\$ 5,0 milhões, redução de 16,1% (R\$ 1,0 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelo principal fator:

- (i) - R\$ 0,8 milhão em função de menores gastos materiais de manutenção corretiva e combustíveis e lubrificantes de frota.

✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 25,2 milhões, aumento de 4,0% (R\$ 1,1 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 1,0 milhão com realocação das despesas de TI/Telecom para a natureza Outros;
- (ii) - R\$ 1,0 milhão referente à redução de serviços de manutenção preventiva;
- (iii) + R\$ 1,2 milhão com serviços com clientes e arrecadação, consultoria, facilities e viagens.

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 4,3 milhões, aumento de R\$ 2,5 milhões comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) + R\$ 1,5 milhão de despesas a maior em Telecom em função de reclassificação de despesas advindas da natureza outros;
- (ii) + R\$ 0,9 milhão em outras despesas com publicações, multas regulatórias e patrocínios.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

PPECLD de R\$ 2,0 milhões, redução de 33,2% no trimestre, para mais detalhes recorrer ao item 3.4.1.

5. Lucro Líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 25,1 milhões, aumento de R\$ 19,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 24,2 milhões, R\$ 21,0 milhões acima do registrado no 2T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Acumulado			
	2T23	2T22	Var. %	Var. R\$	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	25,1	6,0	+ 319,8	19,1	70,4	58,5	+ 20,3	11,9
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	0,9	2,8	- 68,8	(1,9)	3,2	5,1	- 38,4	(2,0)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	24,2	3,2	+ 662,5	21,0	67,2	53,3	+ 26,0	13,9

O EBITDA totalizou R\$ 77,2 milhões no trimestre, aumento de 80,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 75,9 milhões, R\$ 37,4 milhões maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Acumulado			
	2T23	2T22	Var. %	Var. R\$	6M23	6M22 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	77,2	42,8	+ 80,5	34,5	189,7	145,5	+ 30,4	44,2
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,3	4,2	- 68,8	(2,9)	4,8	7,8	- 38,4	(3,0)
(=) EBITDA ajustado recorrente	75,9	38,5	+ 97,0	37,4	184,9	137,8	+ 34,3	47,2

Comentário do Desempenho

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 396,8 milhões em junho de 2023, frente aos R\$ 312,0 milhões registrados em março de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram juntos saldos positivos de R\$ 100,2 milhões em junho de 2023, contra R\$ 74,0 milhões em março de 2023.

Em 30 de junho de 2023, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 942,5 milhões em junho, contra R\$ 962,9 milhões em março de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

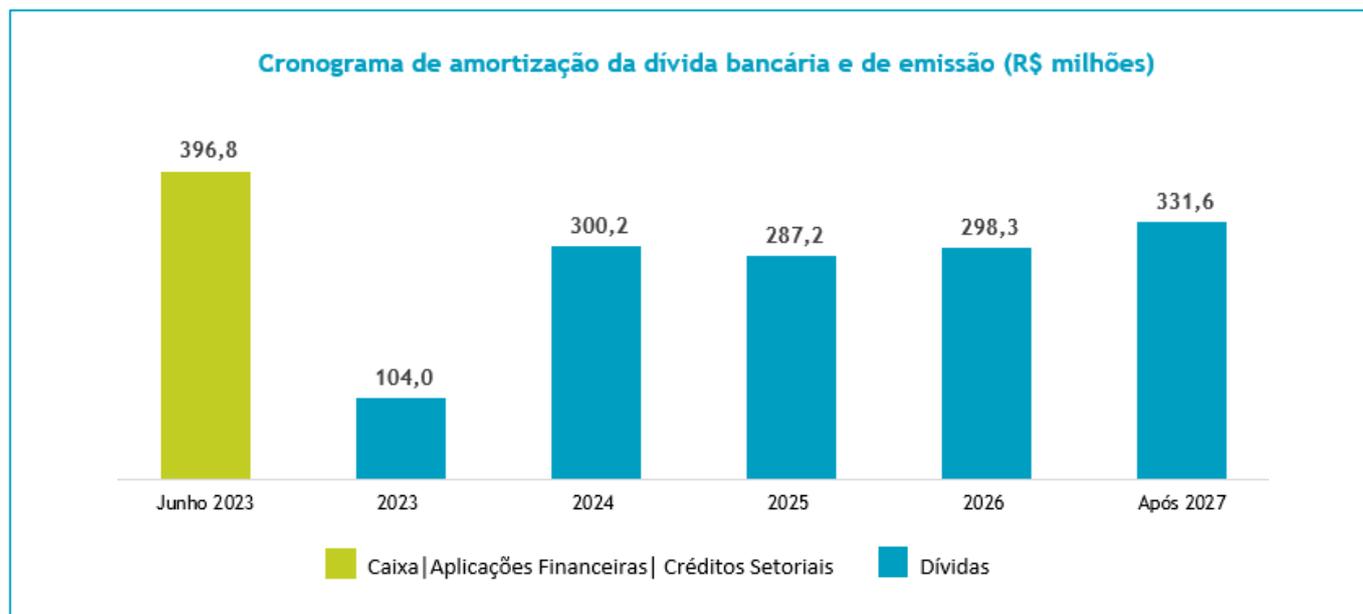
Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	167,9	125,1	261,3
Empréstimos e financiamentos	22,7	22,5	171,1
Debêntures	102,5	38,0	42,9
Encargos de dívidas	37,7	29,7	29,7
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	3,9	4,0	8,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	1,1	31,0	9,0
Não Circulante	1.171,5	1.149,8	995,0
Empréstimos e financiamentos	599,2	560,7	566,5
Debêntures	559,3	601,5	443,0
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	26,7	25,7	24,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(13,6)	(38,0)	(39,2)
Total das dívidas	1.339,4	1.274,9	1.256,4
(-) Disponibilidades financeiras	296,7	238,0	255,0
✓ Caixa e equivalentes de caixa	122,6	233,7	49,9
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	174,1	4,3	205,1
Total das dívidas líquidas	1.042,7	1.036,9	1.001,3
(-) Créditos CDE	9,1	12,0	11,6
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	91,0	62,1	79,0
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	942,5	962,9	910,8
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	2,4	2,7	2,6

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 30 de junho de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22	Var. %
Ativo Elétrico	64,3	58,4	+ 10,1	128,4	97,7	+ 31,4
Obrigações Especiais (*)	5,1	10,2	- 50,1	10,9	16,8	- 35,5
Ativo não Elétrico	3,0	3,6	- 16,3	5,7	5,0	+ 14,4
Total dos Investimentos	72,3	72,1	+ 0,3	145,0	119,5	+ 21,3

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Eventos Subsequentes

8.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de julho a agosto de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

8.2 Reajuste Tarifário controlada ESS

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.219, de 11 de julho de 2023, aprovou o reajuste tarifário da controlada ESS, em vigor a partir de 12 de julho de 2023, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,65%.

Comentário do Desempenho

9. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de agosto de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2023, no montante de R\$43,0 milhões equivalentes a R\$ 442,964356001318 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 24 de agosto de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 15 de agosto de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no estado do Paraná, atendendo a 862.893 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimento dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e das instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

Notas Explicativas

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 25, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022”), emitido em 16 de março de 2023 e publicadas na imprensa em 24 de março de 2023.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2023.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *International Accounting Standards Board-IASB*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.3. Reapresentação de períodos anteriores

A Administração da Companhia procedeu a correção de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação das Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido, do Resultado, do Resultado Abrangente, do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa do período de 30 de junho de 2022, originalmente emitidas

Notas Explicativas

em 11 de agosto de 2022, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, conforme segue:

- (a) correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado; e,
 (b) apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima.

Demonstração do Resultado do Período	Divulgado 30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 (reapresentado)
Receita operacional líquida (a)	962.526	(13.750)	948.776
Lucro bruto (a)	175.259	(13.750)	161.509
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos (a)	125.429	(13.750)	111.679
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	101.083	(13.750)	87.333
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(33.465)	4.592	(28.873)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	67.618	(9.158)	58.460
Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R\$	697,09	(94,41)	602,68

Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 (reapresentado)
Lucro líquido do período (a) e (b)	67.618	(9.158)	58.460
Total de outros resultados abrangentes do período	67.618	(9.158)	58.460

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Divulgado 30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 (reapresentado)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 (a) e (b)	594.369	(44.917)	549.452
Lucro líquido do período (a) e (b)	67.618	(9.158)	58.460
Total do patrimônio líquido	555.728	(54.075)	501.653

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 (reapresentado)
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	1.573.194	(15.303)	1.557.891
Valor adicionado bruto	764.467	(15.303)	749.164
Valor adicionado líquido	730.623	(15.303)	715.320
Valor adicionado total a distribuir	798.929	(15.303)	783.626
Distribuição do valor adicionado	798.929	(15.303)	783.626
Impostos, taxas e contribuições	603.705	(6.145)	597.560
Remuneração de capitais próprios	67.618	(9.158)	58.460
(Prejuízos) acumulados (a) e (b)	9.055	(9.158)	(103)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 (reapresentado)
Lucro líquido do período (a) e (b)	67.618	(9.158)	58.460
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	33.465	(4.592)	28.873
Aumento de consumidores e concessionárias (a)	73.262	15.303	88.565
Aumento de impostos e contribuições sociais (b)	(4.432)	(1.416)	(5.848)
Aumento de outras contas a pagar (a)	(43.901)	(137)	(44.038)

Notas Explicativas

3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado do período reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2023 equivale a 99,3% do CDI (91,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários à vista	18.605	25.894
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	54.281	-
Operações compromissadas	49.741	23.971
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	122.627	49.865

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, Letra Financeira do Tesouro, CCBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2023 equivale a 88,9% do CDI (102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

	30/06/2023	31/12/2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	-	2
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.884	3.935
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	316	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4.871	4.380
Debêntures	1.096	-
Compromissadas	6.999	4.489
Fundo Multimercado	6.692	5.725
Fundo de Renda Fixa	80.844	145.342
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	4.408	9.372
Nota Promissória (NP)	652	-
Letra Financeira do Tesouro (LFNP)	-	760
Letra Financeira (LF)	29.287	18.002
Nota de Crédito (NC)	386	-
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFTN)	19.134	564
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	14.113	11.792
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	1.373	783
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾ - Circulante	174.055	205.146

Notas Explicativas

- (1) **Fundos de Investimentos:** são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -109,4% a 101,8% (-31,4% a 112,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI e média ponderada -74,1% (-11,7% em 31 de dezembro de 2022) do CDI;
- (2) **Fundos de Investimentos Exclusivos:** inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, NP, LFNP, LF, NC, LFTN, NTN, NTNFB, NTNFE e são remuneradas a 97,9% (108,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (102,9% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo BB Energisa, 75,5% (101,2% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 92,7% (102,6% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo Zona da Mata e 82,8% (98,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI Fundo Cataguases;
- (3) Inclui R\$713 (R\$564 em 31 de dezembro de 2022) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Bloqueios judiciais credores	360	347
Conselho do consumidor	353	217
Total	713	564

5. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2023	31/12/2022
Valores correntes:									
Residencial	35.772	-	30.886	2.189	183	392	(2.780)	66.642	79.265
Industrial	17.136	-	2.310	32	94	2.748	(2.748)	19.572	20.173
Comercial	19.339	-	6.015	529	191	1.047	(1.255)	25.866	33.295
Rural	7.285	-	2.787	237	259	460	(466)	10.562	13.234
Poder público	5.978	-	224	6	-	2	(2)	6.208	7.131
Iluminação pública	6.266	-	147	-	1	46	(46)	6.414	6.533
Serviço público	7.889	-	118	-	-	27	(27)	8.007	8.366
Fornecimento não faturado	90.710	-	-	-	-	-	-	90.710	100.026
Arrecadação em Processo de Classificação	10.865	-	-	-	-	-	-	10.865	739
Valores renegociados:									
Residencial	1.544	3.586	1.466	502	697	1.979	(4.679)	5.095	6.225
Industrial	251	1.430	92	23	44	1.011	(1.102)	1.749	1.901
Comercial	676	2.067	426	142	212	1.640	(2.274)	2.889	2.396
Rural	209	431	133	27	47	110	(298)	659	712
Poder público	12	95	-	-	-	9	(9)	107	7
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Serviço público	33	-	-	-	-	-	-	33	7
(-) Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	(61)	(691)	-	-	-	-	-	(752)	(1.276)
Subtotal - Consumidores	203.904	6.918	44.604	3.687	1.728	9.471	(15.686)	254.626	278.736
Suprimento Energia ⁽³⁾	6.667	-	-	-	-	16.752	-	23.419	26.829
Outros ⁽⁴⁾	21.893	-	-	-	-	49.862	(360)	71.395	58.467
Total	232.464	6.918	44.604	3.687	1.728	76.085	(16.046)	349.440	364.032
Circulante								281.373	300.837
Não Circulante								68.067	63.195

(1) **Ajuste a valor presente:** calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado;

(2) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** a provisão é constituída com base nas perdas esperadas, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Notas Explicativas

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	37.025	37.624
Provisões líquidas constituídas no período/exercício	3.545	4.410
Baixa/reversão de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.161)	(5.009)
Saldo final	38.409	37.025
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	16.046	14.662
Títulos de créditos a receber	22.163	22.163
Outros créditos (vide nota explicativa nº 9)	200	200

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

Composição do saldo da CCEE	30/06/2023	31/12/2022
Créditos a vencer	6.667	10.077
Créditos vinculados a liminares ^(a)	16.752	16.752
Subtotal créditos CCEE ^(b)	23.419	26.829
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(7.231)	(7.287)
(-) Encargos de Serviços do Sistema	(229)	(203)
Total créditos CCEE	15.959	19.339

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE;

(b) Vide nota explicativa nº 16;

(4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$48.329 (R\$42.976 em 31 de dezembro de 2022) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres suspenso por liminares, em contrapartida, tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 19).

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	42.541	39.057
Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ	61.934	57.407
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSSL	22.522	24.123
Contribuições ao PIS e a COFINS	23.005	22.223
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	342.057	371.500
Outros	10.132	10.120
Total	502.191	524.430
Circulante	70.201	166.400
Não Circulante	431.990	358.030

(1) Valores correspondem a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins em que o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, como também consolidou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$342.057 (R\$371.500 em 31 de dezembro de 2022). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$15.852 (R\$15.311 em 30 de junho de 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período.

Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), empresa incorporada em 2017, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 e integralmente

Notas Explicativas

compensados em julho de 2021. As empresas, também incorporadas em 2017, Companhia Nacional de Energia Elétrica (ENA) e Empresa Bragantina de Distribuição de Energia (EBR), tiveram seus créditos habilitados pela Receita Federal em 09 de junho de 2022 e 22 de junho de 2022, respectivamente. A ação judicial da ESS transitou em julgado em 24 de maio de 2023 e ainda não houve a habilitação do crédito pela Receita Federal do Brasil. As compensações realizadas foram de R\$45.295 (R\$53.923 em 31 de dezembro de 2022). Ainda que a ação judicial da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (EDEVP - incorporada em 2017) não tenha transitado em julgado, a Administração tem convicção de ser adequado o seu reconhecimento, visto que, a realização dos créditos é mais do que provável. A habilitação dos referidos créditos junto à Receita Federal do Brasil somente ocorrerá após o trânsito em julgado.

7. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual - RTA e a Revisão Tarifária Periódica - RTP. Ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária - RTE sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

7.1. Reajuste tarifário

O Reajuste Tarifário Anual - RTA tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 05 de julho de 2022, através da Resolução Homologatória nº 3.012, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 12 de julho de 2022. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 11,52%.

7.2. Revisão tarifária

A Revisão Tarifária Periódica - RTP ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Em 06 de julho de 2021, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.893, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, em vigor desde 12 de julho de 2021. O efeito tarifário médio a ser percebido pelos clientes foi de 9,84%.

7.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Bandeira	Anterior R\$/kWh	R\$/kWh REH n° 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/kWh Resolução n° 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/kWh REH n° 3.051/2022 ⁽³⁾
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,50
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória n° 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução n° 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica criou novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022; e

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória n° 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	30/06/2023	30/06/2022
Janeiro	Verde	Escassez hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez hídrica
Março	Verde	Escassez hídrica
Abril	Verde	Escassez hídrica/Verde
Maior	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde

Bandeira escassez hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução n° 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto n° 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL n° 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Ofício Circular n° 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i)

Notas Explicativas

possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;

2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência; e,
3. Em agosto de 2022, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho nº 2.168/2022, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes à sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2023, proporcionalizando um saldo passivo de R\$29.319 (R\$27.486 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores reconhecidos no período contabilizados como atualização financeira devedora foram no montante de R\$1.833, registrado no resultado financeiro (R\$1.302 de atualização financeira devedora em 30 de junho de 2022).

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados para Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 31/12/2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfe-rências	Saldos em 30/06/2023	Valores em Amorti-zação	Valores em Constitui-ção	Circulante	Não circulante
		Adição	Amor-tização	Remune-ração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	9.555	(16.012)	-	(52)	-	(6.509)	-	(6.509)	(6.317)	(192)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFRA	-	(4.834)	-	(230)	-	(5.064)	-	(5.064)	(4.914)	(150)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS ⁽²⁾	(5.205)	3.545	-	(177)	-	(1.837)	-	(1.837)	(1.783)	(54)
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	2.344	1.179	-	184	-	3.707	-	3.707	3.597	110
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	34.228	30.288	-	2.990	-	67.506	-	67.506	65.510	1.996
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.472	(9.909)	-	(256)	-	(8.693)	-	(8.693)	(8.436)	(257)
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽⁸⁾	(13)	11	-	-	-	(2)	-	(2)	(2)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	4.840	4.780	-	(72)	-	9.548	-	9.548	9.266	282

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 31/12/2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfêrências	Saldos em 30/06/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	101.958	21.021	-	6.821	-	129.800	-	129.800	125.962	3.838
Exposição de submercados CUSD	(41)	(35)	-	(4)	-	(80)	-	(80)	(78)	(2)
Garantias financeiras ⁽⁵⁾	784	653	-	74	-	1.511	-	1.511	1.466	45
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	4.179	3.365	-	118	-	7.662	-	7.662	7.435	227
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	(51.619)	(40.798)	-	(3.124)	-	(95.541)	-	(95.541)	(92.716)	(2.825)
Total ativo	102.482	(6.411)	-	6.272	-	102.343	-	102.343	99.315	3.028

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 31/12/2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfêrências	Saldos em 30/06/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	(4.301)	-	4.061	-	-	(240)	(240)	-	(240)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(27.951)	-	26.388	-	-	(1.563)	(1.563)	-	(1.563)	-
Energia elétrica comprada para revenda	11.457	-	(10.817)	-	-	640	640	-	640	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(6.491)	-	6.129	-	-	(362)	(362)	-	(362)	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS ⁽²⁾	1.572	-	(1.484)	-	-	88	88	-	88	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	(2.430)	-	2.294	-	-	(136)	(136)	-	(136)	-
Componentes financeiros										
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	(4.188)	-	3.954	-	-	(234)	(234)	-	(234)	-
CUSD	(127)	-	120	-	-	(7)	(7)	-	(7)	-
Garantias financeiras ⁽⁵⁾	(675)	-	637	-	-	(38)	(38)	-	(38)	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	572	-	(540)	-	-	32	32	-	32	-
Exposição de submercados	(526)	-	497	-	-	(29)	(29)	-	(29)	-
Devoluções Tarifárias ⁽⁷⁾	15.297	9.388	(6.892)	403	-	18.196	407	17.789	17.670	526
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	777	-	(734)	-	-	43	43	-	43	-
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	40.542	-	(45.601)	-	-	(5.059)	(5.059)	-	(5.059)	-
Total Passivo	23.528	9.388	(21.988)	403	-	11.331	(6.458)	17.789	10.805	526
Saldo Líquido	78.954	(15.799)	21.988	5.869	-	91.012	6.458	84.554	88.510	2.502

⁽¹⁾ **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica;

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

⁽²⁾ **Encargos de Serviços do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;

⁽³⁾ **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

⁽⁴⁾ **Sobrecontratação de energia:** a Companhia deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

Notas Explicativas

- (5) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;
- (6) **Saldo a compensar:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (7) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;
- (8) **Bandeiras Tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL;

Os valores recebidos pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no período findo em 30 de junho de 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$4.522 (R\$28.608 em 31 de dezembro de 2022).

- (9) **Outros itens financeiros:** inclui itens financeiros de característica não recorrentes e específicos tais como, diferimentos financeiros, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC, entre outros conforme segue:

Empréstimo conta Escassez Hídrica - REN nº 1.008/2022 - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos foram utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da conta escassez hídrica no valor máximo de R\$44.398, dos quais R\$7.899 correspondem ao custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.189 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, e R\$20.310 destinados aos diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período. O valor reconhecido no ciclo tarifário em 2022 foi de R\$87.083.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 31 de agosto de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, conforme Despacho ANEEL nº 1.120, de 24 de abril de 2023, cujo montante recebido em 2023 foi de R\$6.807.

9. Outros créditos

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos a empregados	1.345	1.735
Adiantamentos a fornecedores	2.642	2.629
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	23.861	33.996
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽¹⁾	36.041	36.035
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA ⁽¹⁾	(10.416)	(11.009)
Despesas pagas antecipadamente	6.314	6.745
Subvenção - Baixa Renda ⁽²⁾	5.553	5.110
Subvenção CDE - descontos tarifários ⁽³⁾	3.593	6.499
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	243	266
Outras ordens de serviço ⁽⁴⁾	2.652	3.373

Notas Explicativas

	30/06/2023	31/12/2022
Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos ⁽⁵⁾	12.323	10.949
Outros créditos a receber ⁽⁶⁾	561	615
Total	84.951	97.182
Circulante	59.326	72.157
Não circulante	25.625	25.025

- (1) **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se a créditos oriundos de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A, realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros serão recebidos semestralmente a partir de setembro de 2019.
- (2) **Subvenção Baixa Renda** - refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões dos meses de maio e junho de 2023, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos períodos/exercícios:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial - circulante	5.110	5.856
Subvenção Baixa Renda	16.866	29.333
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(16.423)	(30.079)
Saldo final - circulante	5.553	5.110

- (3) **Subvenção CDE - descontos tarifários:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do período, enquanto os ressarcimentos efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período/exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida nos períodos/exercícios

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial - circulante	6.499	16.089
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural aplicados na tarifa	44.186	89.161
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(47.092)	(98.751)
Saldo final - circulante	3.593	6.499

- (4) **Outras ordens de serviço:** referem-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído. A Administração tem efetuado esforços para concluir os trabalhos dos processos objetivando reduzir os saldos.
- (5) **Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos:** referem-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.
- (6) **Outros créditos a receber:** Inclui R\$200 (R\$200 em 31 de dezembro de 2022) referente a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A que detém 99,25% do capital total, que por sua vez, possui o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia

Notas Explicativas

	Sigla	Ramo de atividade
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica de Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Biogás S/A.; e	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A.	EDG	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A.	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços

Notas Explicativas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁸⁾	Disponibilização do sistema - receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Salvo a pagar (receber) fornecedores	Salvo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) - Disponibilização de sistema
Energisa S/A ^(1 e 2)	(16.712)	(1.957)	-	(7.821)	(6.036)	(134.622)	-
EMS ⁽³⁾	-	(367)	4.255	-	(120)	-	236
ESOLC ⁽⁴⁾	(15.815)	-	-	-	(6.468)	-	-
ESOL ^(4 e 5)	(1.644)	-	-	-	(338)	-	-
MULTIENERGISA ⁽⁶⁾	(2.341)	-	-	-	(768)	-	-
ESE	-	11	-	-	6	-	-
ECOM	-	(60)	-	-	(32)	-	-
EPB	-	(1.891)	-	-	(725)	-	-
ETO	-	106	-	-	40	-	-
EMT	-	81	-	-	51	-	-
EAC	-	9	-	-	3	-	-
ERO	-	42	-	-	28	-	-
EMR	-	(812)	-	-	(269)	-	-
EGO I ⁽⁷⁾	-	2	(109)	-	1	-	-
EPA I ⁽⁷⁾	-	3	(99)	-	1	-	-
EPA II ⁽⁷⁾	-	1	(75)	-	1	-	-
ETT ⁽⁷⁾	-	-	(148)	-	-	-	-
EAM ⁽⁷⁾	-	-	(11)	-	-	-	-
EPTE ⁽⁷⁾	-	-	(6)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁷⁾	-	-	(311)	-	-	-	(17)
LXTE ⁽⁷⁾	-	-	(357)	-	-	-	(21)
LTTE ⁽⁷⁾	-	-	(127)	-	-	-	-
ESAEREOS ⁽⁹⁾	(270)	-	-	-	(270)	-	-
30/06/2023	(36.782)	(4.832)	3.012	(7.821)	(14.895)	(134.622)	198
31/12/2022	-	-	-	-	(17.308)	(131.377)	434
30/06/2022	(32.317)	(5.640)	2.710	(16.794)	-	-	-

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de *BI - Business Intelligence*; (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de *BI Business Intelligence*; (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(2) A Companhia efetuou a 1ª, 3ª e 6ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 30 de junho de 2023 o valor atualizado é de R\$134.622 (R\$131.377 em 31 de dezembro de 2022);

(3) Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;

(4) Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

(5) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho ANEEL nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;

Notas Explicativas

- (6) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (7) Refere-se ao custo transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025;
- (8) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;
- (9) Refere-se a serviços aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Remuneração dos administradores

	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração anual ⁽¹⁾	4.508	4.397
Remuneração da Diretoria	1.041	840
Outros benefícios ⁽²⁾	652	733

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGOE de 27 de abril de 2023.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas a 30 de junho de 2023, foram de R\$82 e R\$3 (R\$76 e R\$2 em 30 de junho de 2022), respectivamente. A remuneração média do período foi de R\$22 (R\$21 em 30 de junho de 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return - TSR* Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	9.565	11.292	17.686
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início <i>vesting</i>	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	5,26%	7,88%	12,55%
Volatilidade ⁽¹⁾	50,51%	35,09%	34,88%
Projeção dos Depósitos Interfinanceiros - DI	DI1F2023	DI1F2024	DI1F2025
Valor justo na data da outorga	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”)) para o *Total Shareholder Return - TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Notas Explicativas

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 30 de junho de 2023 foram reconhecidos R\$262 (R\$205 em 30 de junho de 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 30 de junho de 2023 é de R\$1.624 (R\$1.362 em 31 de dezembro de 2022).

11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada ao fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	42.270	41.855
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	15.217	15.068
Total	57.487	56.923
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	4.787	11.459
Contribuição social sobre o Lucro líquido	1.724	4.125
Total	6.511	15.584
Total líquido - ativo não circulante	50.976	41.339

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	14.514	4.935	15.067	5.123
Provisão para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa - PPECLD	38.409	13.059	37.025	12.589
Marcação a mercado - dívida	(6.107)	(2.076)	(13.212)	(4.492)
Ajuste a valor presente	752	256	1.276	434
Provisão ajuste atuarial	47.359	16.102	44.418	15.102
Marcação a mercado derivativo	(12.499)	(4.250)	(30.138)	(10.247)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	57.811	19.656	59.132	20.105
Outras adições temporárias	9.689	3.294	8.017	2.725
Total - ativo não circulante	149.928	50.976	121.585	41.339

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Notas Explicativas

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2023	1.443
2024	2.658
2025	2.893
2026	4.497
2027	6.206
2028 a 2029	13.758
2030 a 2032	26.032
Total	57.487

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022 (Reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	36.820	104.064	8.399	87.333
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(12.519)	(35.382)	(2.855)	(29.693)
Ajustes:				
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	-	-	-	(83)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	772	1.119	-	-
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	1	554	429	903
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(11.746)	(33.709)	(2.426)	(28.)
Alíquota efetiva	31,90%	32,39%	28,08%	33,06%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal - STF julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 30 de junho de 2023 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos

Notas Explicativas

financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$4.780 (R\$7.766 em 30 de junho de 2022).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Ativo financeiro valor justo	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	165.812	136.028
Adições no período/exercício ⁽¹⁾	13.206	21.616
Baixas no período/exercício	(12)	(10)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	4.780	8.178
Saldo final	183.786	165.812

(1) Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a Valor Justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

13. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 30/06/2023
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	124.517	139.279	(82.393)	(14.272)	167.131
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	52.488	10.850	(10.526)	(1.066)	51.746
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	72.029	128.429	(71.867)	(13.206)	115.385

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	64.761	231.305	(147.964)	(23.585)	124.517
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	45.249	29.179	(19.971)	(1.969)	52.488
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	19.512	202.126	(127.993)	(21.616)	72.029

(1) O montante de R\$71.867 (R\$127.993 em 31 de dezembro de 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$13.206 (R\$21.616 em 31 de dezembro de 2022) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

14. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 30/06/2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	10.738	-	1.718	-	-	12.456
Máquinas e Equipamentos	14,14%	22.864	-	512	(29)	-	23.347
Veículos	14,29%	250	-	168	-	-	418
Móveis e utensílios	6,25%	7.738	-	133	-	-	7.871
Total do imobilizado em serviço		41.590	-	2.531	(29)	-	44.092
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(478)	-	-	-	(181)	(659)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	-	(728)	(17.305)
Veículos		(49)	-	-	-	(22)	(71)
Móveis e utensílios		(6.301)	-	-	-	(67)	(6.368)
Total Depreciação acumulada		(23.405)	-	-	-	(998)	(24.403)
Subtotal Imobilizado		18.185	-	2.531	(29)	(998)	19.689
Imobilizado em curso		3.138	1.884	(2.531)	-	-	2.491
Total do Imobilizado		21.323	1.884	-	(29)	(998)	22.180

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	7.355	-	3.383	-	-	10.738
Máquinas e Equipamentos	14,67%	20.696	-	2.168	-	-	22.864
Veículos	14,29%	250	-	-	-	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.454	-	316	(32)	-	7.738
Total do imobilizado em serviço		35.755	-	5.867	(32)	-	41.590
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(176)	-	-	-	(302)	(478)
Máquinas e Equipamentos		(15.104)	-	-	-	(1.473)	(16.577)
Veículos		(14)	-	-	-	(35)	(49)
Móveis e utensílios		(6.219)	-	-	32	(114)	(6.301)
Total Depreciação acumulada		(21.513)	-	-	32	(1.924)	(23.405)
Subtotal Imobilizado		14.242	-	5.867	-	(1.924)	18.185
Imobilizado em curso		4.130	4.875	(5.867)	-	-	3.138
Total do Imobilizado		18.372	4.875	-	-	(1.924)	21.323

15. Intangível

	30/06/2023	31/12/2022
Intangível - contrato de concessão	946.972	910.765
Intangível - direito de uso	719	882
Intangível - software	23.032	21.454
Total	970.723	933.101

Notas Explicativas

15.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldo em 31/12/2022	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 30/06/2023
Intangível em Serviço						
Custo	4,33%	2.232.163	82.393	(7.119)	-	2.307.437
Amortização acumulada		(1.077.820)	-	6.704	(44.692)	(1.115.808)
Subtotal		1.154.343	82.393	(415)	(44.692)	1.191.629
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,95%	464.845	10.526	(64)	-	475.307
Amortização acumulada		(221.267)	-	-	(9.383)	(230.650)
Subtotal		243.578	10.526	(64)	(9.383)	244.657
Total do Intangível - contrato de concessão		910.765	71.867	(351)	(35.309)	946.972

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/12/2022
Intangível em Serviço						
Custo	4,39%	2.103.399	147.964	(19.200)	-	2.232.163
Amortização acumulada		(1.009.343)	(41)	17.352	(85.788)	(1.077.820)
Subtotal		1.094.056	147.923	(1.848)	(85.788)	1.154.343
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	444.874	19.971	-	-	464.845
Amortização acumulada		(204.016)	(41)	-	(17.210)	(221.267)
Subtotal		240.858	19.930	-	(17.210)	243.578
Total do Intangível - contrato de concessão		853.198	127.993	(1.848)	(68.578)	910.765

(1) Do montante de R\$71.867 (R\$127.993 em 31 de dezembro de 2022) foram transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão.

(2) O montante de R\$351 (R\$1.848 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às baixas realizadas no período/exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no período, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$2.219 (R\$4.323 em 31 de dezembro de 2022).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,33% (4,39% em 31 de dezembro de 2022).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Notas Explicativas

	30/06/2023	31/12/2022
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	285.455	274.382
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	199.500	199.500
Reserva para reversão	5.096	5.383
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente ⁽³⁾	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(230.650)	(221.267)
Total	300.734	299.331
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	4.331	3.265
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	51.746	52.488
Intangível - contrato de concessão	244.657	243.578
Total	300.734	299.331

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias, conforme determina a Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015 e Despacho da ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016.

15.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originado pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), e são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2022	Amortização	Saldos em 30/06/2023
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	6,13%	5.317	-	5.317
Amortização acumulada		(4.435)	(163)	(4.598)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		882	(163)	719

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2021	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	14,33%	5.317	-	5.317
Amortização acumulada		(3.673)	(762)	(4.435)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		1.644	(762)	882

15.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2022	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 30/06/2023
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	39.106	-	9.404	(64)	-	48.446
Amortização acumulada		(28.089)	-	-	-	(2.192)	(30.281)
Em curso		10.437	3.834	(9.404)	-	-	4.867
Total intangível - software e outros		21.454	3.834	-	(64)	(2.192)	23.032

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	32.959	-	6.147	-	39.106
Amortização acumulada		(24.707)	-	-	(3.382)	(28.089)
Em curso		5.511	11.073	(6.147)	-	10.437
Total intangível - software e outros		13.763	11.073	-	(3.382)	21.454

16. Fornecedores

	30/06/2023	31/12/2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	149.470	164.257
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	26.462	26.206
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	7.231	7.287
Encargos de Serviços do Sistema ⁽³⁾	229	203
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	8.609	6.354
Encargos de conexão ⁽¹⁾	706	706
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	44.527	40.070
Total	237.234	245.083
Circulante	229.969	237.776
Não Circulante	7.265	7.307

⁽¹⁾ Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações são motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP, também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Por fim, adicionamos que o PLD teve seu novo valor mínimo homologado para 2023 (aumento de 23,94%) para maio-junho/23 comparado com novembro-dezembro/22 impactando no período analisado.

⁽³⁾ Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2023
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
INPC	15.786	932	(862)	(391)	913	-	16.378
IPCA	138.462	-	(5.871)	(3.427)	8.451	-	137.615
CDI	279.288	50.000	-	(11.269)	19.618	-	337.637
(-) Custo com captação	(1.739)	-	-	-	278	-	(1.461)
Total do custo amortizado	431.797	50.932	(6.733)	(15.087)	29.260	-	490.169
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2023
Dólar	193.597	-	-	(3.369)	(11.473)	-	178.755
Euro	148.829	-	(147.782)	(323)	(724)	-	-
Marcação a mercado	(6.866)	-	-	-	-	(2.485)	(9.351)
Total ao valor justo	335.560	-	(147.782)	(3.692)	(12.197)	(2.485)	169.404
Total	767.357	50.932	(154.515)	(18.779)	17.063	(2.485)	659.573
Circulante	200.864						60.416
Não circulante	566.493						599.157

	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	8.204	10.767	(3.975)	(581)	1.371	-	-	15.786
IPCA	138.636	-	(8.605)	(7.121)	15.552	-	-	138.462
CDI	113.135	150.000	(8.999)	(1.060)	26.212	-	-	279.288
(-) Custo com captação	(997)	-	-	-	412	(1.154)	-	(1.739)
Total do custo	258.978	160.767	(21.579)	(8.762)	43.547	(1.154)	-	431.797
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	244.535	82.407	(117.957)	(5.016)	(10.372)	-	-	193.597
Euro	323.453	-	(125.563)	(1.955)	(47.106)	-	-	148.829
(-) Custo com captação	(52)	-	-	-	52	-	-	-
Marcação a mercado	200	-	-	-	-	-	(7.066)	(6.866)
Total ao valor justo	568.136	82.407	(243.520)	(6.971)	(57.426)	-	(7.066)	335.560
Total	827.114	243.174	(265.099)	(15.733)	(13.879)	(1.154)	(7.066)	767.357
Circulante	283.793							200.864
Não circulante	543.321							566.493

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	TIR (Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽⁵⁾
	30/06/2023	31/12/2022					
BNDES - 20.2.0497-1 ⁽⁴⁾	137.615	138.462	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	5,56%	A + R
ENERGISAPREV Migração 2020 ^(6 e 7)	12.607	12.954	INPC + 4.91% a.a.	abr/30	Mensal a partir de jan/21	5,11%	A
ENERGISAPREV Déficit de 2017 ^(6 e 7)	32	32	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	5,38%	A
ENERGISAPREV Déficit 2017 2018 2019 ^(6 e 7)	175	181	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de jan/21	5,04%	A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE ⁽⁴⁾	11.992	11.178	CDI + 1.50% a.a.	ago/23	Final	7,36%	A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE ⁽⁴⁾	115.112	107.299	CDI + 1.50% a.a.	ago/24	Final	7,36%	A
ENERGISAPREV- Confissão Dívida 2020 ^(6 e 7)	2.251	2.240	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de abr/22	5,04%	A
ENERGISAPREV- Confissão Dívida 2020 ^(6 e 7)	383	379	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	5,24%	A
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	160.504	160.811	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	7,38%	A
ENERGISAPREV- Confissão Dívida 2021 ^(6 e 7)	285	-	INPC + 4,75% a.a.	dez/34	Mensal a partir de jan/23	5,04%	A

Notas Explicativas

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	TIR (Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽⁵⁾
	30/06/2023	31/12/2022					
ENERGISAPREV- Confissão Dívida 2021 ^(6 e 7)	561	-	INPC + 5.04% a.a.	dez/32	Mensal a partir de jan/23	5,18%	A
ENERGISAPREV- Confissão Dívida 2021 ^(6 e 7)	84	-	INPC + 5.17% a.a.	dez/36	Mensal a partir de jan/23	5,24%	A
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA ⁽⁴⁾	50.029	-	CDI + 1.80% a.a.	jun/25	Final	7,51%	A
(-) Custo com captação	(1.461)	(1.739)					
Total em Moeda Nacional	490.169	431.797					
Merrill lynch Loan ^(2 e 4)	-	148.829	EURO + 0.73% a.a.	jan/23	Final	-2,12%	A
Scotiabank Loan - 14122021 ^(2 e 4)	118.797	128.637	USD + 1.98% a.a.	dez/24	Final	-6,65%	A
Scotiabank Loan - 13102022 ^(2 e 4)	59.958	64.960	USD + 5,25% a.a.	out/25	Final	-5,05%	A
Marcação à Mercado da Dívida ⁽³⁾	(9.351)	(6.866)					
Total em Moeda Estrangeira	169.404	335.560					
Total	659.573	767.357					

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 30 de junho de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos;

(2) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos);

(3) Em 30 de junho de 2023 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 30 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos);

(4) Condições de *covenants*: o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento Para os financiamentos BNDES, Nota Promissória e Nota Comercial o limite é 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) A = Aval Energisa S/A, R= Recebíveis.

(6) Contrato firmado com a EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022.

(7) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	30/06/2023	31/12/2022
US\$ x R\$	-7,64%	-6,50%
CDI	6,61%	12,39%
IPCA	3,04%	5,78%
LIBOR	5,16%	2,40%
Euro x R\$	-5,51%	-11,89%
INPC	2,69%	5,93%

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2023
2024	208.706
2025	197.223
2026	88.990
2027	14.131
Após 2027	90.107
Total	599.157

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2022	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados							
CDI	189.490	150.000	(13.276)	20.023	-	-	346.237
IPCA	308.679	-	(9.388)	18.772	-	-	318.063
(-) Custo com captação	(5.865)	-	-	654	(587)	-	(5.798)
Marcação a mercado	(6.346)	-	-	-	-	9.590	3.244
Total do custo amortizado	485.958	150.000	(22.664)	39.449	(587)	9.590	661.746
Circulante	42.930						102.489
Não circulante	443.028						559.257

	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados								
CDI	97.324	120.000	(34.948)	(10.685)	17.799	-	-	189.490
IPCA	276.678	81.000	(68.364)	(16.461)	35.826	-	-	308.679
(-) Custo com captação	(3.420)	-	-	-	1.340	(3.785)	-	(5.865)
Marcação a mercado	187	-	-	-	-	-	(6.533)	(6.346)
Total do custo amortizado	370.769	201.000	(103.312)	(27.146)	54.965	(3.785)	(6.533)	485.958
Circulante	107.127							42.930
Não circulante	263.642							443.028

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	30/06/2023	31/12/2022							
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	53.464	53.098	15/06/2017	16511/ 16511	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	5,83%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.262	2.136	15/10/2017	1599/ 1599	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	5,37%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.222	3.981	15/10/2017	2977/ 2977	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	5,56%	SG
Debêntures 4ª Emissão Série Única	93.188	90.038	15/09/2018	70000/ 70000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	5,55%	A
Debêntures 5ª Emissão	63.097	63.237	15/02/2020	60000/ 60000	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	7,18%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.559	8.271	11/10/2020	6880/ 6880	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	5,13%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	66.115	63.891	11/10/2020	53120/ 53120	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	5,25%	SG
Debêntures 7ª Emissão	90.253	87.264	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10% a.a.	jan/32	Anual a partir de jan/30	6,04%	A

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	30/06/2023	31/12/2022							
Debêntures 8ª Emissão	126.181	126.253	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de ago/26	7,41%	A
Debêntures 9ª Emissão	156.959	-	15/02/2023	150.000 / 150.000	CDI + 1.50% a.a.	fev/26	Anual a partir de ago/26	7,36%	A
(-) Custos de captação	(5.798)	(5.865)							
Marcação à Mercado de Dívida	3.244	(6.346)							
Total	661.746	485.958							

(1) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia.

Em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de 150.000 títulos com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x de março/21 até o vencimento para a 7ª, 8ª e 9ª Emissão	Trimestral e Anual

(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2024	32.581
2025	89.968
2026	209.355
2027	72.027
Após 2027	155.326
Total	559.257

19. Impostos e contribuições sociais

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	117.707	112.765
Encargos Sociais	5.304	5.451
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.767	2.187
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.785	496
Contribuições ao PIS e a COFINS	7.314	9.051
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.761	2.061
Imposto Sobre Serviços - ISS	975	880
Parcelamento de impostos ⁽²⁾	-	4.632
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	1.021	1.036
Total	141.634	138.559

Notas Explicativas

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante	37.834	47.191
Não circulante	103.800	91.368

(1) Inclui: (i) R\$48.112 (R\$45.990 em 31 de dezembro de 2022) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R\$48.329 (R\$42.976 em 31 de dezembro de 2022) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Os valores referentes ao ICMS incidentes sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante.

(2) Parcelamento de Impostos:

A Companhia possuía parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.869
Total parcelado	103.244
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do período/exercício está demonstrada abaixo:

Demonstração do resultado	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	4.632	22.365
Atualização/juros	95	1.658
Baixas/Pagamentos	(4.727)	(19.391)
Saldo final - Circulante	-	4.632
Número de parcelas a vencer	-	5

20. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da CFLO, EBR, ENA e ESS, empresas incorporadas em 2017. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

A administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021, o montante de R\$411.872, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos

Notas Explicativas

tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido, mesmo que uma de suas ações ainda não tenham transitado em julgado. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei nº14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

O resumo dos impactos são como segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial - passivo não circulante	364.503	388.471
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	15.728	31.589
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(738)	(1.634)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(25.560)	(53.923)
Saldo final - passivo não circulante	353.933	364.503
Circulante	21.770	-
Não Circulante	332.163	364.503

21. Encargos setoriais

	30/06/2023	31/12/2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	3.252	3.324
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	804	501
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	402	250
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	1.857	1.957
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	16.744	19.837
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	17.248	20.315
Total	40.307	46.184
Circulante	32.203	40.790
Não circulante	8.104	5.394

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021,

Notas Explicativas

conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para a CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 9 - Outros créditos - Ordens de serviço em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

22.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatório	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial - não circulante	6.456	8.158	453	15.067	23.119
Constituições de provisões	1.771	2.018	-	3.789	8.616
Reversões de provisões	(1.111)	(765)	(179)	(2.055)	(4.821)
Pagamentos realizados	(497)	(2.007)	-	(2.504)	(9.599)
Atualização monetária	301	(74)	(10)	217	(2.248)
Saldo final - não circulante	6.920	7.330	264	14.514	15.067
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾				(2.223)	(2.170)

⁽¹⁾ A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$99.369 (R\$92.506 em 31 de dezembro de 2022). Deste total, R\$63.175 (R\$59.403 em 31 de dezembro de 2022) corresponde aos depósitos referente ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais, e R\$33.971 (R\$30.933 em 31 de dezembro de 2022) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhista

As ações trabalhistas discutem principalmente horas extras, adicional de periculosidade, verbas contratuais, ações relacionadas a ex-empregados, de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias e vínculo empregatício.

Cível

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica por falta de pagamento, irregularidades no aparelho de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica.

Notas Explicativas

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório.

22.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	15.269	29.240	76.464	3.450	124.423	129.033
Novos processos	92	1.534	7	-	1.633	12.851
Mudanças de prognósticos e valor pedido	(3.136)	(2.699)	(16.678)	-	(22.513)	(17.995)
Encerramento	(266)	(1.717)	-	-	(1.983)	(10.205)
Atualização monetária	853	960	4.279	223	6.315	10.739
Saldo final	12.812	27.318	64.072	3.673	107.875	124.423

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações consideradas com risco possível:

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, verbas rescisórias, bem como ações de ex-empregados, de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede e danos elétricos.

Fiscal

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL.

23. Outros passivos

	30/06/2023	31/12/2022
Folha de pagamento	293	298
Participações empregados	-	6.878
Outros Benefícios a empregados	2.333	122
Entidade seguradora	288	1.254
Retenção de caução contratual empreiteiras	426	424
Adiantamentos de consumidores	10.665	7.299
Bônus de redução voluntária de consumo	299	313
Incorporação de redes	169	169
Taxas - Faturamento	1.551	1.553
Convênios de arrecadação	197	212
Outras contas a pagar	2.235	3.420
Total	18.456	21.942
Circulante	17.616	21.243
Não circulante	840	699

Notas Explicativas

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 31 de dezembro de 2022) todas nominativas sem valor nominal.

24.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$13.091, equivalentes a R\$134,80519266414 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 29 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

25. Receita operacional

	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	739.815	771.754	271.539	561.776	727.922	783.891	280.651	657.649
Industrial	4.128	109.990	42.378	87.227	3.988	122.702	45.911	99.734
Comercial	65.571	307.020	118.631	245.296	63.550	332.090	122.971	285.382
Rural	43.396	132.734	43.490	87.459	43.516	155.356	45.928	102.473
Poder público	7.168	59.034	22.226	44.697	7.142	59.290	21.821	47.891
Iluminação pública	843	84.712	18.675	36.958	712	88.426	19.325	44.846
Serviço público	1.399	74.481	25.628	50.749	1.255	75.072	24.633	55.159
Consumo próprio	185	1.836	-	-	191	2.032	-	-
Subtotal	862.505	1.541.561	542.567	1.114.162	848.276	1.618.859	561.240	1.293.134
Suprimento de energia a concessionárias	-	180.388	6.637	14.752	-	202.648	9.825	33.340
Fornecimento não faturado líquido	-	(5.653)	(14.892)	(9.330)	-	(14.640)	(31.378)	(32.227)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	388	-	106.643	206.718	309	-	80.731	166.629
Receita de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	62.598	116.974	-	-	50.140	79.639
Penalidades regulatórias	-	-	(603)	(1.559)	-	-	(628)	(1.389)
Valor justo ativo financeiro indenizável de concessão	-	-	1.323	4.780	-	-	4.241	7.766
Ativos e passivos financeiros setoriais - Constituição e amortização	-	-	34.224	43.078	-	-	(1.854)	(70.204)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	29.234	61.052	-	-	26.887	56.647
Outras receitas operacionais	-	-	14.238	39.301	-	-	15.392	29.544
Total - receita operacional bruta	862.893	1.716.296	781.969	1.589.928	848.585	1.806.867	714.596	1.562.879
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	108.642	217.029	-	-	129.102	301.686
PIS	-	-	9.853	20.079	-	-	8.531	18.920
COFINS	-	-	45.381	92.485	-	-	39.294	87.143

Notas Explicativas

	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$
ISS	-	-	4	7	-	-	6	9
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	885	1.813	-	-	1.474	3.346
Encargos de consumidor - Procel	-	-	221	453	-	-	369	836
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	92.322	185.074	-	-	97.491	197.084
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.328	2.720	-	-	737	1.672
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.328	2.720	-	-	737	1.672
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	664	1.360	-	-	369	836
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	502	1.005	-	-	450	899
Total - deduções receita operacional	-	-	261.130	524.745	-	-	278.560	614.103
Total - receita operacional líquida	862.893	1.716.296	520.839	1.065.183	848.585	1.806.867	436.036	948.776

- (1) **Receita de construção de infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. Energia Elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽²⁾		Energia elétrica comprada p/revenda R\$			
	30/06/2023	30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Energia de Itaipu - Binacional	358.066	362.656	41.291	74.197	52.226	103.105
Energia de leilão	746.922	766.144	79.902	162.115	70.638	148.406
Energia bilateral	288.623	277.361	50.302	102.989	43.271	88.768
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/2012	69.291	68.099	11.397	22.782	11.750	23.221
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	-	-	830	959	(5.777)	30.928
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.410/2013	386.985	491.372	32.418	62.344	31.859	62.129
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	35.484	36.346	12.947	25.893	15.363	30.726
Energia de reserva - ERR	-	-	18.124	41.157	12.606	23.238
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(23.238)	(46.303)	(22.544)	(48.702)
Total	1.885.371	2.001.978	223.973	446.133	209.392	461.819

- (1) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços do Sistema - ESS.

- (2) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

Notas Explicativas

27. Outros Resultados

	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Outras receitas				
Ganho na desativação/alienação de bens/direitos	444	912	-	168
	444	912	-	168
Outras despesas				
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(364)	(2.079)	390	(472)
Outras	(1.339)	(4.387)	(1.867)	(3.346)
	(1.703)	(6.466)	(1.477)	(3.818)
Total	(1.259)	(5.554)	(1.477)	(3.650)

28. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação ordinária):

	30/06/2023	30/06/2022 (reapresentado)
Numerador		
Lucro líquido do período	70.355	58.460
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$⁽¹⁾	725,31	602,68

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

29. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2023	31/12/2022
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000	116	116
Riscos Operacionais	22/12/2023	90.000	750	750
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	351	351
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2023	Até R\$1.110 /veículo	72	72
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2024	382.539	196	177
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	30	30
Transporte Nacional	04/04/2024	Até R\$5.000/viagem	10	8
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2024	1.060/drone	3	3
			1.528	1.507

Notas Explicativas

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$4.780 (R\$7.766 em 30 de junho de 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	30/06/2023		31/12/2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		122.627	122.627	49.865	49.865
Consumidores e concessionárias		349.440	349.440	364.032	364.032
Títulos de crédito a receber		2.394	2.394	2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais		102.343	102.343	102.482	102.482
		576.804	576.804	518.728	518.728
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	174.055	174.055	205.146	205.146
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	183.786	183.786	165.812	165.812
Instrumentos financeiros derivativos	2	56.261	56.261	69.448	69.448
		414.102	414.102	440.406	440.406

PASSIVO	Nível	30/06/2023		31/12/2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		237.234	237.234	245.083	245.083
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		1.321.319	1.326.581	1.253.315	1.256.200
Arrendamentos operacionais		782	782	946	946
Passivos financeiros setoriais		11.331	11.331	23.528	23.528
		1.570.666	1.575.928	1.522.872	1.525.757
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	43.762	43.762	39.310	39.310
		43.762	43.762	39.310	39.310

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio,

Notas Explicativas

visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 30 de junho de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$9.590 (R\$4.630 em 30 de junho de 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de junho de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 30 de junho de 2023, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$2.485 (R\$10.237 em 30 de junho de 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Dívida ⁽¹⁾	1.321.319	1.253.315
Caixa e equivalentes de caixa	(122.627)	(49.865)
Dívida líquida	<u>1.198.692</u>	<u>1.203.450</u>
Patrimônio líquido	598.128	541.216
Índice de endividamento líquido	<u>2,00</u>	<u>2,22</u>

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		229.969	-	-	-	7.265	237.234
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,46%	99.952	113.172	881.159	280.416	384.280	1.758.979
Instrumentos Financeiros Derivativos		12.066	(10.945)	6.512	335	(20.467)	(12.499)
Total		341.987	102.227	887.671	280.751	371.078	1.983.714

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Notas Explicativas

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	122.627	49.865
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	174.055	205.146
Consumidores e concessionárias	5	349.440	364.032
Ativos financeiros setoriais	8	102.343	102.482
Títulos de créditos a receber	-	2.394	2.349
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	183.786	165.812
Instrumentos financeiros derivativos	30	56.261	69.448

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº17 é composta de financiamentos obtidos junto a agente de fomento nacional (BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 junho de 2023 com queda de 7,64% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$4,8192/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de junho de 2023 era de 10,23%, enquanto 2022 foi de 16,00%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$1.328.578 (R\$1.260.919 em 31 de dezembro de 2022), R\$169.404 (R\$335.560 em 31 de dezembro de 2022) estão representados em moeda estrangeira.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

No período, a marcação a mercado e os instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras, se apresentam conforme segue:

Notas Explicativas

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo circulante	23.705	25.517
Ativo não circulante	32.556	43.931
Total do ativo	56.261	69.448
Passivo circulante	24.826	34.529
Passivo não circulante	18.936	4.781
Total do passivo	43.762	39.310

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge* e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	70.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N. A
Bank of America	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N. A
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*, vigentes em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2023	31/12/2022		30/06/2023	31/12/2022
Dívida designada para <i>Fair value Option</i>	204.452	327.424	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(169.412)	(335.536)
Swap Cambial (Derivativo)	204.452	327.424	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	169.412	335.536
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(206.901)	(333.447)
			Posição Líquida <i>Swap</i>	(37.489)	2.089
			Posição Líquida Dívida + <i>Swap</i>	(206.901)	(333.447)

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo *Fair Value Hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2023	31/12/2022		30/06/2023	31/12/2022
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	257.195	327.424	Taxa Pré-Fixada	(245.852)	(230.370)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	257.195	327.424	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	317.705	298.180
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(267.717)	(270.131)
			Posição Líquida Swap	49.988	28.049
			Posição Líquida Dívida + Swap	(195.864)	(202.321)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(204.452)		(200.404)	(241.745)	(283.086)
Variação Dívida			4.048	(37.293)	(78.634)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	169.412	Alta Câmbio	165.364	206.705	248.046
Variação			(4.048)	37.293	78.634
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(206.901)		(206.901)	(206.901)	(206.901)
Variação - Taxa de Juros CDI			0	0	0

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Subtotal	(37.489)		(41.537)	(196)	41.145
Total Líquido	(241.941)		(241.941)	(241.941)	(241.941)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e câmbio dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria de R\$241.941 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(257.195)		(257.195)	(257.195)	(257.195)
Varição Dívida			-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	317.705		317.705	317.705	317.705
Derivativos - Pré					
Varição - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(267.717)		(267.717)	(282.810)	(297.729)
Derivativos - CDI					
Varição - CDI + TJLP			-	(15.093)	(30.012)
Subtotal	49.988		49.988	34.895	19.976
Total Líquido	(207.207)		(207.207)	(222.300)	(237.219)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	278.077	Alta CDI	33.369	41.711	50.054
Instrumentos financeiros passivos:					
<i>Swap</i>	(206.901)	Alta CDI	(24.828)	(31.035)	(37.242)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(683.874)	Alta CDI	(82.065)	(102.581)	(123.098)
	(458.922)	Alta IPCA	(13.951)	(17.439)	(20.927)
	(16.378)	Alta INPC	(441)	(551)	(662)
Subtotal ⁽²⁾					
Total (Perdas)	(1.366.075)		(121.285)	(151.606)	(181.929)
	(1.087.998)		(87.916)	(109.895)	(131.875)

Notas Explicativas

- (1) Considera o CDI de 30 de junho de 2024 (12,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2023, IPCA 3,04 % ao ano, INPC 2,69% ao ano.
- (2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$37.497.

31. Benefícios pós-emprego

31.1. Plano suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos planos previdenciários é realizada pela EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à EnergisaPrev são:

Em 30 de junho de 2023, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.359 (R\$1.592 em 30 de junho de 2022).

31.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No período findo em 30 de junho de 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$5.474 (R\$4.612 em 30 de junho de 2022). Inclui R\$295 (R\$34 em 30 de junho de 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

Notas Explicativas

32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2023 a 2053	416.026	809.477	770.013	748.198	8.211.999

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 30 de junho de 2023, os mesmos foram homologados pela ANEEL.

33. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/06/2023	31/12/2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	13.206	21.616
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	4.780	8.178
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	20.247	13.151
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	20.247	13.151

34. Evento subsequente

34.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de julho e agosto de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

34.2. Reajuste tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.219, de 11 de julho de 2023, aprovou o reajuste tarifário da controlada ESS, em vigor a partir de 12 de julho de 2023, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,65%.

34.3. Antecipação de dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de agosto de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2023, no montante de R\$43.017, equivalentes a R\$442,964356001 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 24 de agosto de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 10 de agosto de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.
Presidente Prudente - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao período findo em 30 de junho de 2022

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3 às informações financeiras intermediárias, os valores correspondentes referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2023.

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2023.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes.

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2023.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP